



Dados do *World Inequality Report* de 2018 apontam que, no Brasil, o 1% mais rico controla 30% da renda total gerada, mas se considerarmos patrimônio e não a renda, o percentual aumenta ainda mais. A concentração de terras também é muito elevada, o que traz consequências bastante desastrosas e nos coloca como um dos países mais desiguais do planeta.



Mas ao longo dos últimos anos estabeleceu-se uma verdadeira cruzada contra o Estado Social. As justificativas apresentadas foram o crescimento descontrolado dos gastos sociais, os excessivos direitos concedidos aos trabalhadores, que tornavam o trabalho muito custoso e dificultavam a geração de empregos, o déficit da Previdência, que inviabilizaria a sustentabilidade do sistema previdenciário, comprometendo futuras gerações, a carga tributária elevada e complexa, a ineficiência do serviço público e os privilégios dos servidores públicos, enfim, o Estado pesado, ineficiente e gastador!

Nesta segunda publicação **Justiça Fiscal em Revista**, abordaremos a desestruturação do Estado de Bem-estar social, analisando as causas e as consequências da ruptura com o modelo de Estado preconizado pela Constituição Federal de 1988 que, indiscutivelmente, pautou-se em princípios democráticos e, especialmente, no da solidariedade. Este princípio, inserido no ordenamento jurídico de maior força, a Constituição, estabelece o marco do Estado Social, pois, a partir dele, nascem as obrigações que possibilitam a atuação do Estado na redução das desigualdades, uma das maiores chagas de nosso país.

Dados do *World Inequality Report* de 2018 apontam que, no Brasil, o 1% mais rico controla 30% da renda total gerada, mas se considerarmos patrimônio e não a renda, o percentual aumenta ainda mais. A concentração de terras também é muito elevada, o que traz consequências bastante desastrosas e nos coloca como um dos países mais desiguais do planeta. Razões mais do que suficientes para que o Estado exerça seu papel de redutor das desigualdades e promova o bem-estar da população.

Mas ao longo dos últimos anos estabeleceu-se uma verdadeira cruzada contra o Estado Social. As justificativas apresentadas foram o crescimento descontrolado dos gastos sociais, os excessivos direitos concedidos aos trabalhadores, que tornavam o trabalho muito custoso e dificultavam a geração de empregos, o déficit da Previdência, que inviabilizaria a sustentabilidade do sistema previdenciário, comprometendo futuras gerações, a carga tributária elevada e complexa, a ineficiência do serviço público e os privilégios dos servidores públicos, enfim, o Estado pesado, ineficiente e gastador! Portanto, as reformas em curso, e as próximas, seriam necessárias. Nada mais equivocado e falacioso.

Para analisar os motivos pelos quais a ruptura do modelo de Estado previsto na nossa Constituição está em processo acelerado, bem como fazer um amplo debate com especialistas nas áreas afetadas pelas reformas, o Instituto Justiça Fiscal, em parceria com a ANFIP¹ e com a FENAFISCO², promoveu, nos dias 15 e 16 de agosto de 2019, em Porto Alegre, o Seminário “**As Reformas DESEstruturantes do Estado de Bem-Estar Social**”, a partir do qual emergiu um excelente material, fruto das discussões dos diferentes painéis sobre o tema, agora objeto desta publicação.

Uma das constatações, poderíamos dizer a mais cristalina, é que não foram encontradas as causas alegadas para as ditas reformas e que, na verdade, as justificativas apresentadas são, em sua grande maioria, falaciosas e enganadoras.

1 Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

2 Federação Nacional dos Sindicatos dos Auditores Fiscais dos Estados e do Distrito Federal

Como explicou o painalista Pedro Rossi, economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as reformas estão sendo feitas no Brasil sem o devido cálculo do impacto social, tanto nas modificações trazidas pelo congelamento dos gastos quanto as da reforma da Previdência, e estão partindo de um pressuposto equivocado, de que o desequilíbrio fiscal (que ele não nega) é causado pelos gastos públicos quando, na realidade, é gerado por um arranjo macroeconômico que perdura por 20 anos, o chamado tripé macroeconômico. Este tripé está baseado no sistema de metas de inflação, no regime de superávit primário (que agora acrescentou o teto dos gastos) e no câmbio flutuante e, a despeito de todas as regras e limitações dos últimos anos, não pode garantir condições básicas de desenvolvimento e de garantia de equilíbrio fiscal. Com argumentos e dados acerca da economia brasileira e as contas públicas nacionais, foi categórico ao afirmar que “*É mentira que o Brasil vai quebrar se não fizer as reformas*”.

Na verdade, como a concentração de riqueza não encontra barreiras em seu crescimento, resta aplicar o limite, a austeridade, no lado mais pobre, isentando ainda mais os muito ricos e as grandes corporações, desmontando a Educação e o sistema de Saúde e de Previdência e Assistência Social.

São passos largos na direção do sucateamento dos serviços públicos, nas privatizações e no desmonte do Estado, seguindo a lógica (enganosa e nefasta) de que se o Estado for reduzido, a economia reage e o país volta a crescer.

No mundo globalizado e convulsionado por conta da pandemia do coronavírus, restou absolutamente comprovado que a saúde não pode depender da boa vontade dos mercados e da iniciativa privada. Fortalecer o Estado Social e prover os recursos para o financiamento da Saúde pública e das políticas econômicas necessárias para o combate à crise, e não os cortes e as reformas preconizados pelo governo, são as alternativas que faz jus o povo brasileiro. Mais investimentos em bens comuns, no coletivo. Menos congelamento de gastos. Uma tributação mais justa, mais solidária. Um Estado regulador, que investe e é eficiente, redutor de desigualdades, não é um Estado reduzido. Vamos fazer valer o que está na CF/1988.

Justiça Fiscal em Revista se propõe a analisar as reformas e suas consequências, colocando em pauta uma perspectiva alternativa ao desmonte do Estado. As ideias não podem ser congeladas, felizmente.

Boa leitura!

Maria Regina Paiva Duarte



Como explicou o painalista Pedro Rossi, economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as reformas estão sendo feitas no Brasil sem o devido cálculo do impacto social, tanto nas modificações trazidas pelo congelamento dos gastos quanto as da reforma da Previdência.



Na verdade, como a concentração de riqueza não encontra barreiras em seu crescimento, resta aplicar o limite, a austeridade no lado mais pobre, isentando ainda mais os muito ricos e as grandes corporações, desmontando a Educação e o sistema de Saúde e de Previdência e Assistência Social.